

Enlaces Entre Territorialidade e Identidade Coletiva em uma Reserva Extrativista da Amazônia Ocidental Brasileira

Valéria de Oliveira

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Grupo de Estudos Imigração-Centro de Memória UNICAMP

Esta investigação objetivou verificar como a identidade coletiva de Cuniã foi construída ao longo dos anos e sua relação com a territorialidade. Para isso lançou-se mão da metodologia qualitativa pois buscava-se entender a territorialidade desde a perspectiva da comunidade, buscando focar o processo, o significado e o entendimento dos mesmos (Merriam, 1998). Para atingir este objetivo foram realizadas entrevistas e observações em campo, além disto foi efetuada pesquisa documental. No total a pesquisadora esteve dias em campo na Reserva Extrativista do Lago do Cuniã (RESEX Cuniã).

1 – Reservas Extrativistas no Brasil

As reservas extrativistas surgiram como uma ordem de reivindicação de um segmento especializado de trabalhadores rurais, conhecidos como extrativistas, que tem na regulamentação fundiária de suas terras como condição essencial para consolidação de sua atividade econômica.

A lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovada em 18 de julho de 2000, pelo Congresso Nacional Brasileiro, estabelece dois grupos de unidades de conservação:

-Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais fazem parte deste grupo: as estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios de vida silvestres.

-Unidades de Uso Sustentável, com o objetivo básico de compatibilizar conservação da natureza e o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, integram estas unidade: Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As reservas extrativas, no Brasil, são áreas públicas, criadas por Decreto Presidencial. São áreas de domínio público, com uso cedido à populações extrativistas tradicionais, cuja forma de subsistência esta baseada na extração e na agricultura de subsistência, na criação de animais de pequeno porte e te, como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura destas populações assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Estas reservas são administradas por um conselho deliberativo presidido pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável – CNPT/IBAMA¹ e, constituído por representantes de órgãos públicos, y organizações da sociedade civil e da comunidade. A visita pública é permitida sempre que concorram para os interesses locais. A investigação científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à previa autorização do órgão responsável pela administração da unidade.

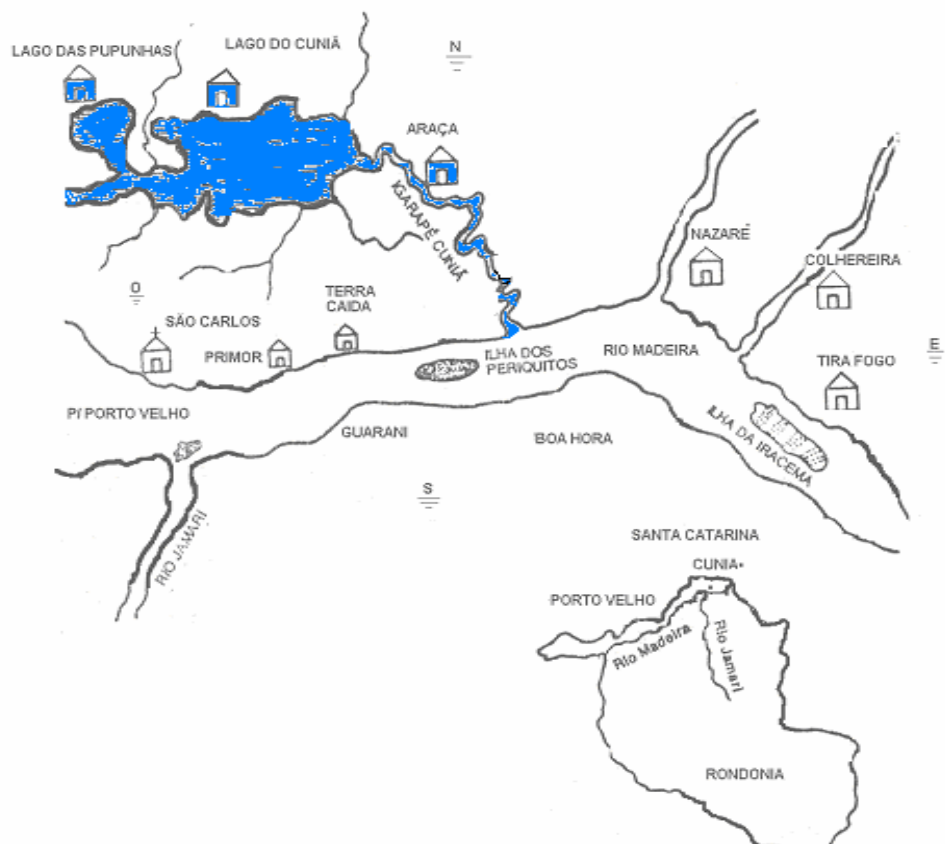
¹ Criado em 1992 é o órgão oficial responsável pela criação de reservas extrativas e, apoio às populações tradicionais que nelas habitam, tendo como missão: executar políticas de uso sustentável dos recursos naturais, tendo as reservas extrativistas como referencia e a gestão comunitária como princípio. Suas ações objetivam a conservação dos recursos naturais e, promoção da melhoria e qualidade de vida de seus habitantes. O CNPT é um dos órgãos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis-IBAMA.

A Reserva Extrativista deverá ter um Plano de Manejo de uso Múltiplo que depois de aprovado por seu conselho deliberativo e licenciado pelo IBAMA, orienta a implantação das atividades econômicas da reserva. A caça amadora ou profissional e a exploração de recursos minerais são proibidos na reserva Extrativista. A exploração dos recursos madeireiros é admitida somente para situações especiais e complementarias às demais atividades desenvolvidas na reserva, e de acordo com o Plano de Manejo da unidade.

2- A Reserva Extrativista do Lago do Cuniã

2.1- O lugar

A Reserva Extrativista do Lago do Cuniã com um total de 55.000 ha foi criada pelo Decreto Federal nº 3238/99. É uma comunidade de subsistência formada por pescadores e agricultores. Localizada na Amazônia ocidental brasileira mais precisamente na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, na margem esquerda do Rio Madeira distante 140 km da área urbana da cidade.



O acesso à Reserva se faz por via fluvial através do Rio Madeira. Desde o centro da cidade navega-se 100km até às proximidades de uma comunidade ribeirinha chamada Nazaré, onde desemboca o igarapé Cuniã que é a vazante dos lagos de Cuniã. Seguindo-se este igarapé navega-se mais 40 km até a área central onde vive a maioria da população. A viagem dura 5 horas de lancha e 11 horas em um tipo de embarcação típico da Amazônia chamada “Batelão”.

A área é formada por mais de 60 lagos que na *época das cheias*² se unem formando um único lago. Possui uma enorme variedade de peixes, aves e jacarés. Entre as dezenas de lagos existentes o Lago do Cuniã se destaca por sua extensão e beleza e, é onde a maioria das famílias fixaram residência.

A população foi constituída a partir da miscigenação de nordestinos, portugueses e muras. Está assentada em quatro comunidades: A comunidade Araçá, Pupunhas, Neves e, Silva Lopes e Araújo.

Em janeiro de 2003 o número de habitantes em Cuniã era de 273 pessoas. Não existe água encanada, nem energia elétrica constante pois esta é gerada por motor a óleo que só é ligado entra as 18:00 as 22:00. Os equipamentos sociais presentes na reserva constituem-se em 3 escolas que oferecem ensino de 1^a à 4^a do ensino fundamental e um posto de saúde.

2.2 -A História da Ocupação e Resistência

A ocupação e colonização da área de Cuniã está diretamente relacionada ao crescimento da demanda do látex a partir da segunda metade do séc. XIX, paralelamente à maior seca daquele século no nordeste brasileiro (entre 1877 e 1879) e, a vinda de imigrantes europeus para suprir às necessidade de trabalhadores no sudeste brasileiro. Este fatos fizeram com que fosse intensificado o deslocamento de migrantes nordestinos para às áreas de extração de borracha que penetravam a floresta em busca de trabalho nos seringais. Nesta mesma região do baixo Madeira havia dois grupos indígenas: Os Parintins e os Mura, a quem a população chamará de “Moura”, que ao longo do tempo foram dizimados por ações violentas ou pela miscigenação com o “homem branco”.

² Período que vai de novembro a março, onde há a precipitação de chuvas diárias e torrenciais na região amazônica.

A partir de 1913 com a produção asiática de borracha alcançando a da Amazônia, se inicia um processo de crise na extração com a paralisação da atividade na região. Mas tarde, sobre tudo de 1940 a 1945, época da Segunda Guerra mundial os seringais da Amazônia são reativados em função da falta de borracha no mercado internacional, através de um acordo entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos liderado por Franklin Roosevelt. Os Estados Unidos entrariam com os recursos financeiros e o Brasil com a mão de obra. É então criado o Batalhão da Borracha que encontra no nordeste a fonte de recrutamento dos chamados “soldados da Borracha”. Nesta época havia em Cuniã um seringal chamado Cuniãzinho, Santa Maria. Depois da guerra novamente a produção de borracha na Amazônia entra em decadência. As pessoas que adentraram a floresta em busca da seringa acabaram por fixar residência em núcleos comunitários ribeirinhos, que mesmo hoje em pleno séc. XXI, não possui uma infra estrutura que garanta a qualidade de vida de seus moradores.

Em 1981, a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA – um órgão federal subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Urbano – MDU, Entra no Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Brasileiro chamado de POLONOROESTE, com o objetivo de criar 5 unidades de conservação ambiental no Estado de Rondônia para minimizar o impacto ambiental causados pelos projetos de colonização implantados no Estado.

Na área de Cuniã havia o interesse de criar uma Unidade de Proteção Integral, pela sua beleza inigualável e por ser o criadouro de inúmeros espécimes de peixes e aves. No entanto neste planejamento não se levou em consideração a população existente na localidade, a produção extrativista e seu potencial, nem as características morfológicas da área.

Para a concretização da implantação da Unidade de Proteção os moradores tiveram suas propriedades desapropriadas foram indenizados e, “convidados” a se retirarem da localidade. Começando desta maneira o embate entre a SEMA e o moradores locais. De um lado uma equipe de tecnocratas imbuídos em preservar a natureza desconsiderando o grupo humano que havia muito tempo vivia naquele lugar, do outro lado da arena estavam pessoas que viam o Estado tratar com mais respeito os jacarés e as piranhas que a população local.

Para a desapropriação dos moradores a foi solicitada a ajuda da polícia que armada passou a intimidar os moradores, inclusive disparando para o ar. Com isto algumas famílias aceitaram o dinheiro da indenização, e partiram sendo suas casas derrubadas. Derrubada também foi a capela de Nossa Senhor de Fátima padroeira da localidade e, em seu lugar foram edificadas instalações da SEMA.

Os moradores que resistiram optaram por ficar fundaram a Associação dos Moradores do Cuniã ASMOCUN e encaminharam a luta pela posse e permanência na terra politicamente. A estratégia adotada consistiu em explicitar publicamente o que estava ocorrendo levando o problema ao conhecimento da população da cidade de Porto velho e também em nível nacional, através de denúncias à Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, contatos com Deputados Federais e correspondências enviadas à Presidência da República. Paralelamente utilizavam-se promoviam campeonato de futebol na localidade com equipes de outras comunidades próximas aproveitando a oportunidade para divulgar o que estavam passando assim como para conseguir o apoio destas comunidades para sua luta.

Além da SEMA outros órgãos federais passaram a atuar: o INCRA - a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta – IBDF, cada um com sua própria atuação, sua regras e normas muitas vezes contraditórias. Somente ao final da década de 80 do último século, todos estes órgãos, com exceção do INCRA, foram incorporados ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Cuniã foi tratada como uma Estação Ecológica pelo governo federal, que inclusive construiu toda uma infra estrutura com laboratório e alojamento para pesquisadores.No entanto em uma Estação Ecológica não pode haver grupamento humano instalado, e os que resistiram à desapropriação lá estavam. Para contornar esta questão e resolver o problema um órgão que tratava dos assuntos de meio ambiente em nível estadual A sSecretaria de Meio Ambiente de Rondônia- SEMARO, propõem e o Governo Estadual firma o Decreto Lei nº 4251 criando no local uma Área de Proteção Ambiental- APA. Posteriormente ao se fazer a revisão da constituição Estadual esta área é transformada em Reserva Ecológica, depois se descobre que esta área era de jurisprudência federal e que qualquer normatização estadual era invalida.

Somente em 1997 o CNPT de Rondônia assumiu a luta recebendo um abaixo assinado dos moradores de Cuniã, que solicitavam que na área fosse criada uma Reserva Extrativista, este abaixo assinado foi encaminhado ao INCRA para que o mesmo pudesse colocar à disposição a área para criação da reserva e ao IBAMA/Brasília para que a área de Cuniã fosse transformada em Reserva Extrativista. A Reserva Extrativista do Lago do Cuniã foi finalmente criada em 1999.

3- Discussão

A consciência de pertencimento a um grupo, uma comunidade, uma nação... Isso é a identidade coletiva. Explica-se através dos processos históricos sociais que dão conta do êxito ou do fracasso de determinadas definições da realidade social (Pérez-Agote, 1994).

A Identidade Coletiva de Cuniã deve ser entendida com base nas distintas representações sociais que constroem sua população a partir de um momento histórico concreto, sua maneira de relacionar-se entre si e com seu entorno, sua forma particular de atuar no mundo.

Os indivíduos se apresentam uns aos outros e se vêem como tendo um referente de suas origens. Referente este construído através da memória compartilhada e transmitida de geração a geração: O mito que deu origem ao lago, a descendência Mura, a concepção indígena de mundo.

A partir da pesquisa de campo pode-se observar que a territorialidade em Cuniã está marcada por um conjunto de práticas sociais e suas manifestações materiais e simbólicas, expressadas nas formas de apropriação e permanência das pessoas naquele lugar. Sua Identidade Coletiva é um processo em construção que se converte na arena social na qual os interesses, práticas e intervenção dos atores sociais tem resolução e é utilizada sempre para legitimar certo tipo de decisão e formas de organização social de seu território.

Assim a ordem interna construída no espaço local tecido pela história e a cultura produz o “Ser de Cuniã”, o ser diferente, o ser distinto. Isto acontece quando os indivíduos conseguem interpretar as raízes de sua cultura e de sua identidade construída e reconstruída ao longo dos anos naquele lugar, nascida de profundas relações entre o homem de Cuniã e seu habitat, para voltar-se a mudanças capazes de garantir a posse de seu

território. O lugar onde nasceu, onde cresceu, onde casou-se e constituiu família e que em um determinado momento há o risco de perdê-lo.

O Ser de Cuniã propiciou e autorizou o lutar por e o Ter Cuniã.

Referências

Perez,A. 1994. 16 Tesis Sobre la Arbitrariedad Del Ser colectivo Nacional in Revista Occidente, nº 161

Merriam, S.B. 1998. *Qualitative Research and Case Study Applications in Education*. San Francisco: Jossey Bass Publishers